

# **PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2025**

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**

**Demonstrações financeiras**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025**  
**Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente**

<b>Conteúdo</b>	<b>Páginas</b>
Relatório dos auditores independentes .....	3
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Balanços patrimoniais .....	7 e 8
Demonstrações do resultado .....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Diretores da  
**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
Porto Alegre – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

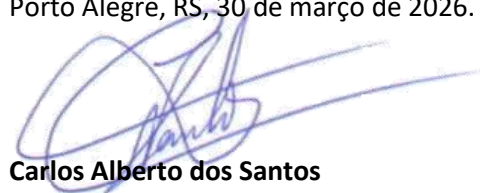
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 30 de março de 2026.



**Carlos Alberto dos Santos**

Contador – CRCRS nº 69.366

**TATICCA Auditores Independentes S.S.**

CRCRS nº 009308/F

CVM 12.220

**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**  
 (Em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.063	656	Fornecedores	8	350	82
Contas a receber	5	907	589	Financiamento	9	1.070	-
Despesas antecipadas	6	168	118	Impostos a recolher	10	26	207
Outros ativos		273	-	Dividendos		45	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.411</b>	<b>1.363</b>	Outros passivos		82	72
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.573</b>	<b>361</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	7	42.148	42.387	Financiamento	9	13.580	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>42.148</b>	<b>42.387</b>	Debentures	11	21.968	35.880
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>35.548</b>	<b>35.880</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	12	9.291	9.291
				Reserva legal		10	-
				Lucros/prejuízos acumulados		137	(1.782)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>9.438</b>	<b>7.509</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>46.559</b>	<b>43.750</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>46.559</b>	<b>43.750</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita líquida	13	7.130	1.564
Custo dos serviços prestados	14	(2.792)	(2.393)
<b>LUCRO/PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>4.338</b>	<b>(829)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	14	(1.374)	(955)
Outras receitas e despesas operacionais		-	1.250
<b>Total</b>		<b>(1.374)</b>	<b>295</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>2.964</b>	<b>(534)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	15	261	11
Despesas financeiras	15	(1.035)	(150)
<b>Total</b>		<b>(774)</b>	<b>(139)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>2.190</b>	<b>(673)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(216)	(590)
<b>Total</b>		<b>(216)</b>	<b>(590)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.974</b>	<b>(1.263)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.974</b>	<b>(1.263)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>1.974</u></b>	<b><u>(1.263)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Capital Social</b>	<b>Lucros/Prejuízos acumulados</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>3</b>	<b>(519)</b>	<b>-</b>	<b>(516)</b>
Integralização de Capital	9.288	-	-	9.288
Prejuízo do exercício	-	(1.263)	-	(1.263)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>9.291</b>	<b>(1.782)</b>	<b>-</b>	<b>7.509</b>
Lucro do exercício	-	<b>1.974</b>	-	<b>1.974</b>
Reserva Legal	-	<b>(10)</b>	<b>10</b>	-
Dividendos	-	<b>(45)</b>		<b>(45)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>9.291</b>	<b>137</b>	<b>10</b>	<b>9.438</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>2.190</b>	<b>(673)</b>
Ajuste para reconciliação do lucro/prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7	2.141	1.333
Juros, variações monetárias e cambiais		850	-
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro		-	-
<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais:</b>			
Despesas pagas antecipadamente		(50)	(118)
Contas a receber		(318)	(589)
Outros ativos		(273)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		268	82
Outros passivos			100
Imposto de renda e contribuição social pagos		(387)	(419)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>4.421</b>	<b>(284)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	7	(1.902)	(24.960)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(1.902)</b>	<b>(24.960)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos		-	(19.268)
Liberação financiamento		15.184	-
Amortização de financiamento		(591)	-
Amortização juros financiamento		(793)	-
Integralização/resgate debêntures		(13.912)	35.880
Integralização capital	12	-	9.288
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(112)</b>	<b>25.900</b>
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>2.407</b>	<b>656</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	656	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	3.063	656
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>2.407</b>	<b>656</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **PEDRA BRANCA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Pedra Branca Locação de Equipamentos para Produção de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída, com o objetivo específico de implementação, constituição de projeto, financiamento, construção montagem de 3 usinas fotovoltaicas, com a finalidade de locação dos equipamentos para geração de energia elétrica. A Companhia é controlada, a partir de 2024 pela Volt Participações S.A.

A Companhia foi constituída em 2021 e em 2024 concluiu as obras de construção das 3 usinas, tendo contratos de locação de equipamentos já em vigência. A obra foi previamente financiada com recursos próprios por meio de aportes de capital e emissão de debêntures e teve contrato de financiamento assinado com BNDES para 80% do investimento, com liberação prevista para 2025.

Abaixo as informações das usinas:

<u>Usina</u>	<u>Estado</u>	<u>Município</u>	<u>Capacidade Instalada MW</u>	<u>Início efetivo contratos Locação</u>	<u>Término contratos Locação</u>
Retiro I	SP	Miguelópolis	5	Setembro 2024	Dezembro de 2045
Retiro III	SP	Olímpia	2	Agosto 2024	Dezembro de 2045
Pedra Branca I	SP	Laranjal Paulista	2	Janeiro 2025	Dezembro de 2045

Contratos de Locação de Equipamentos, sublocação de terreno e Operação e Manutenção:

A Companhia assinou contratos de Locação de Equipamentos, sublocação de terreno e Operação e Manutenção, para as 3 usinas com a empresa São Paulo 001 Consórcio, com vigência até dezembro de 2045.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE ELABORAÇÃO**

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e

os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 30 de março de 2026.

#### Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo quando mencionados nas notas explicativas a seguir.

### **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional e de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### **b) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros não complexos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e classificados como custo amortizado (para ativos financeiros) e como custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (para passivos financeiros).

O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com

juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial.

Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado.

#### Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

#### **c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

#### **d) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua.

Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**NE 7 - Imobilizado;**

**NE 13 – Receita Líquida**

**NE 16 - Imposto de renda e contribuição social.**

**e) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

**f) Contas a receber**

As contas a receber são demonstradas pelo valor histórico.

Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

**g) Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, e no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

**h) Redução sobre o valor recuperável de ativo imobilizado**

O valor do ativo imobilizado é revisto anualmente, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2025, não há indicativo de desvalorização que possa requerer o registro de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

**i) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

**j) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

**k) Reconhecimento da receita**

A receita a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia avalia os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme abaixo:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes.
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato.
3. Determinar o preço de cada tipo de transação.
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos.
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

#### I) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adotou em 2025 o regime de lucro real, cujas alíquotas de tributação são, respectivamente, 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, cuja base de cálculo corresponde ao lucro líquido ajustado conforme LALUR para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, respectivamente.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações Financeiras (*)	3.063	656
<b>Total</b>	<b><u>3.063</u></b>	<b><u>656</u></b>

(\*) São remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDI) e referem-se principalmente a aplicações em Fundo de Renda Fixa- DI com risco insignificante de perda de valor e prazos de resgates diários.

#### 5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
São Paulo 001 Consórcio	907	589
<b>Total</b>	<b><u>907</u></b>	<b><u>589</u></b>

#### 6. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguros	168	118
<b>Total</b>	<b><u>168</u></b>	<b><u>118</u></b>

#### 7. IMOBILIZADO

Movimentação do imobilizado:

	<u>Imobilizado em curso</u>	<u>Kit fotovoltaico</u>	<u>Benfeitorias e Obra civil</u>	<u>Subestação e Equipamentos</u>	<u>Projetos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo 31/12/2023</b>	<b>18.760</b>	-	-	-	-	<b>18.760</b>
Adições	20.713	4.247	-	-	-	24.960
Transferências	(31.755)	20.088	9.879	1.383	405	-
Depreciação		(898)	(368)	(53)	(14)	(1.333)
<b>Saldo 31/12/2024</b>	<b><u>7.718</u></b>	<b><u>23.437</u></b>	<b><u>9.511</u></b>	<b><u>1.330</u></b>	<b><u>391</u></b>	<b><u>42.387</u></b>
Adições	942	917	43			1.902
Transferências	(8.660)	5.688	2.447	429	96	-
Depreciação		(1.458)	(571)	(89)	(23)	(2.141)
<b>Saldo 31/12/2025</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>28.584</u></b>	<b><u>11.430</u></b>	<b><u>1.670</u></b>	<b><u>464</u></b>	<b><u>42.148</u></b>
Taxa Média de Depreciação A.A (%)		4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**8. FORNECEDORES**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores nacionais	350	82
<b>Total</b>	<b><u>350</u></b>	<b><u>82</u></b>

**9. FINANCIAMENTO BNDES**

	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	9,4% a.a.	14.650	-
Total		<u>14.650</u>	<u>-</u>
Circulante		1.070	-
Não circulante		<u>13.580</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>14.650</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2025</u>
2026	1.070
2027	1.012
2028	1.012
2029	1.012
2030	1.012
2031	1.012
Após 2032	<u>8.520</u>
	<u><u>14.650</u></u>

Em janeiro de 2025 houve a liberação parcial do financiamento BNDES no valor de R\$ 9.331 e em novembro de 2025 R\$ 5.853 de um valor total de R\$ 37.152. O financiamento será pago em 184 parcelas mensais, tendo a 1ª parcela paga em fev/25 e o vencimento final em maio de 2040. A garantia do financiamento é Fiança bancária, contratada junto ao Itaú.

Estão representadas no Passivo Circulante as próximas 12 parcelas vincendas, acrescida dos encargos.

## 10. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pis - Cofins e ISSQN Faturamento	12	23
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	171
Retenções	14	13
<b>Total</b>	<b><u>26</u></b>	<b><u>207</u></b>

## 11. DEBÊNTURES

Para a construção das usinas a SPE emitiu debêntures em 19 de janeiro de 2024, no valor de R\$ 46.440 em emissão privada e duas séries, sendo a primeira com previsão de conversão em integralização de capital e participação societária correspondente a 90% das ações da companhia, o que se efetivou em outubro de 2024 e a segunda com prazo de vencimento em 19/06/2026, tendo como debenturista a empresa Volt Participações S.A. A integralização das debêntures ocorreu conforme a necessidade de aporte em cada usina. Em 31/12/2025 o saldo era de R\$ 21.968 (31/12/2024 - R\$ 35.880).

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

Em 31 de outubro de 2024, o Capital Social subscrito foi aumentado em R\$ 9.288, passando para R\$ 9.291 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3 em 2023), totalmente integralizado, sem alteração em 31 de dezembro de 2025. As integralizações ocorreram a partir da conversão das debêntures da 1ª série, conforme acordo de investimento. O Capital social está representado por 30.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia.

### Aumento de Capital

A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar ou reduzir o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**13. RECEITA LÍQUIDA**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional:		
Receita de Locação e Sublocação	7.264	1.501
Receita de prestação de serviços	618	127
Deduções (PIS e COFINS)	(752)	(64)
<b>Total</b>	<u><b>7.130</b></u>	<u><b>1.564</b></u>

**14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciação e amortização	(1.654)	(1.333)
Operação e Manutenção – O&M	(713)	(284)
Locação de imóveis	(424)	(384)
Taxa Serviços de distribuição	-	(392)
Serviços de gestão	(831)	(509)
Serviços de terceiros	(47)	(14)
Assessoria jurídica	(58)	(53)
Pessoal	(66)	-
Seguros	(261)	(128)
Vigilância	(20)	(182)
Despesas legais	(30)	(45)
Franquia por sinistro	(50)	-
Outras	(12)	(24)
<b>Total</b>	<u><b>(4.166)</b></u>	<u><b>(3.348)</b></u>
Custos dos serviços	(2.792)	(2.393)
Despesas administrativas	(1.374)	(955)
<b>Total</b>	<u><b>(4.166)</b></u>	<u><b>(3.348)</b></u>

**15. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receitas sobre aplicações financeiras	261	11
<b>Total de receitas financeiras</b>	<u><b>261</b></u>	<u><b>11</b></u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesa de juros sobre obrigações	(850)	-
Despesas com fiança	(159)	-
Iof	(25)	(147)
Outras despesas	(1)	(3)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<u><b>(1.035)</b></u>	<u><b>(150)</b></u>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<u><b>(774)</b></u>	<u><b>(139)</b></u>

## 16. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Regime de Tributação	31/12/2025	31/12/2024
	Lucro Real	Lucro Presumido
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	2.190	-
(+) Adições	2.143	-
(-) Exclusões	(3.625)	-
<b>Base de cálculo IRPJ/CSLL</b>	708	-
<b>Receita bruta</b>	-	<b>1.627</b>
Presunção IRPJ (32%)	-	521
Receita Financeira	-	1.250
<b>Base de Cálculo IRPJ</b>	-	<b>1.771</b>
Imposto de renda: 15%	106	266
Adicional 10%	46	165
<b>Total IRPJ</b>	<b>152</b>	<b>431</b>
CSLL (9%)	64	159
<b>Total CSLL</b>	<b>64</b>	<b>159</b>
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>590</b>

## 17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As operações de seguro, quanto a suficiência dos valores segurados, não fazem parte do escopo da auditoria. As coberturas foram contratadas, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros:

As apólices de seguro são compartilhadas entre as empresas Lapa do Sol, Pedra Branca e Pedra do Segredo.

<b>Tipo de Seguro</b>	<b>Valor segurado</b>	<b>Vigência</b>
Responsabilidade civil	8.000	16 de julho de 2026
Risco Operacional	40.825	08 de agosto de 2026

## **18. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

### **(i) Risco de mercado**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### **(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

### **(iii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

**(iv) Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

**a) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**19. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 31 de dezembro de 2025, a administração não tem conhecimento de possíveis eventos que poderão ocorrer e influenciar o balanço dessa Empresa.